

RECURSO ESPECIAL Nº 1.650.902 - RS (2017/0019449-5)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : CARMEM LUCIA DUARTE DO NASCIMENTO
RECORRENTE : PAULO ROBERTO GRUBEL DO NASCIMENTO
ADVOGADO : ANA CRISTINA TESSER E OUTRO(S) - RS034624
RECORRIDO : HABITASUL - NEGOCIOS IMOBILIARIOS E ADMINISTRACAO
DE BENS S.A
ADVOGADOS : FERNANDA SANTOS DE SOUZA - RS065423
ANGELICA PECANHA PINTO E OUTRO(S) - RS065953
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : ALESSANDRA MICHALSKI VELLOSO E OUTRO(S) - RS045283

DESPACHO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

ADMINISTRATIVO. SFH. LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA.

Para a concessão da liquidação antecipada, é imprescindível a formalização de pedido administrativo perante a instituição financeira. Não havendo comprovação da formalização de pedido em tal sentido, considera-se como termo final do pagamento das parcelas a citação da instituição financeira ré no processo judicial.

Anoto que esta Corte possui entendimento no sentido de que, presente cláusula contratual de comprometimento do FCVS, caso destes autos, a competência para julgamento do recurso é da Primeira Seção. Confira-se:

PROCESSO CIVIL. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. POSSÍVEL COMPROMETIMENTO DO FCVS. COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO. PEDIDO DE INTERVENÇÃO DA CEF. JUSTIÇA FEDERAL. SÚMULA 150/STF.

(...)

2. Nos processos em que possa haver comprometimento dos recursos do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS, a competência para julgamento é das Turmas integrantes da Primeira Seção. Precedentes: CC 121.499/DF, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corte Especial, julgado em 23/4/2012, DJe 10/5/2012; CC 36.647/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Corte Especial, DJ 22/3/2004, p. 186; CC 132.728/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin,

Superior Tribunal de Justiça

Primeira Seção, julgado em 26/11/2014, DJe 19/12/2014; AgRg no CC 132.745/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 11/3/2015, DJe 27/3/2015.

(...)

(REsp 1607242/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2016, DJe 11/10/2016)

Em face do exposto, redistribuam-se os presentes autos a um dos Ministros que compõem a Primeira Seção desta Corte.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora